

2

Contexto político e propaganda

Conforme indica o título deste capítulo, ele tratará da relação entre política e propaganda na primeira metade do século XX. Seu objetivo é embasar a análise do discurso visual do Estado Novo e, para isso, é também necessário entender o contexto internacional, o qual influenciou não só a concepção do regime brasileiro, como os métodos utilizados em sua propaganda política. Como diz Maria Helena Capelato: “O varguismo não se define como fenômeno fascista, mas é preciso levar em conta a importância da inspiração das experiências alemã e italiana nesse regime, especialmente no que se refere à propaganda política.”¹

Na primeira parte do capítulo, portanto, será fornecido um breve resumo sobre a ascensão, após a Primeira Guerra, de regimes autoritários sustentados e apoiados pelas massas. Não uma direita tradicional, elitista, mas uma nova direita que “se propõe a utilizar o arsenal ideológico revolucionário, mobilizar as massas, chocando-se muitas vezes com a direita tradicional”². Buscou-se levantar visões acerca de palavras-chave como autoritarismo, totalitarismo, fascismo e nazismo, que são fundamentais para o entendimento do contexto histórico discutido neste capítulo. A segunda parte abordará a instituição do Estado Novo no Brasil e suas características, passando pelas influências exercidas por outros países. Na terceira parte será feita uma comparação entre o discurso visual do regime brasileiro e o de outros países autoritários através da propaganda política, com ênfase nas peças gráficas e, mais especificamente, na produção de cartazes.

¹ CAPELATO, M. H., “Propaganda política e controle dos meios de comunicação”. In: PANDOLFI, D. (org.), *Repensando o Estado Novo*, p. 167.

² FAUSTO, B., “O Estado Novo no contexto internacional”. In: PANDOLFI, D. (org.), *Repensando o Estado Novo*, p. 17.

2.1.

A ascensão de regimes autoritários na primeira metade do século XX

“Era de catástrofe” foi o nome dado por Eric Hobsbawm para o período de quatro décadas iniciado com a Primeira Guerra Mundial, em 1914. Foram tempos de guerras mundiais e revoluções, que marcaram o colapso da civilização ocidental da maneira que se conhecia até então: “(...) uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica (...)”³. Havia um descrédito em relação à democracia, com seus partidos políticos e disputas eleitorais, assim como ao capitalismo, que gerava desigualdades sociais e miséria. A crise econômica mundial que se seguiu à quebra da bolsa de Nova York, em 1929, deixou claro que era impossível um retorno às condições sociais e econômicas predominantes até 1914. Nesses tempos de crise, regimes autoritários e, em alguns casos, também totalitários se apresentavam como alternativa tanto política, quanto econômica. De acordo com o escritor Stefan Zweig, “nada deixou o povo alemão tão amargurado, cheio de ódio e maduro para um Hitler (...) do que a inflação”⁴.

Os governos autoritários se impõem pelo uso da força, mas nos casos dos regimes instaurados na primeira metade do século XX, além da perseguição aos seus opositores, havia uma fundamental ação da propaganda estatal para legitimá-los perante a sociedade. A propaganda era direcionada principalmente ao culto à personalidade de um líder, ou de um partido, que corporificava a fusão entre o Estado e a Nação. Em certos regimes, no entanto, o fortalecimento do Estado autoritário foi tal, que este passou a controlar a sociedade em todos os seus aspectos. Nesses casos, os mesmos poderiam ser definidos como totalitários, pois no autoritarismo ainda persistiria uma relativa independência da sociedade em relação ao Estado e algumas instituições, principalmente as religiosas, gozariam de certa autonomia. Segundo Boris Fausto, o conceito de totalitarismo nasceu da necessidade de se identificar a nova forma de regime surgida no século XX e que não poderia ser enquadrada em antigas designações como despotismo ou tirania. No entanto, o autor sinaliza a dificuldade de distinguir, na prática, os regimes

³ HOBSBAWM, E., *Era dos extremos*, p. 16.

⁴ ZWEIG, S., *O mundo que eu vi*, p. 379.

totalitários dos autoritários. A seu ver, o único regime que os principais estudiosos unanimemente caracterizam como totalitário é o nazista.⁵

De acordo com Maria Celina D'Araujo, tanto esquerda quanto direita viam o mito de um estado forte e o culto à personalidade de seu chefe como fatores fundamentais de coesão social e unidade nacional⁶. No entanto, ideologicamente, suas alternativas a uma sociedade liberal capitalista seguiram por caminhos diversos. Por um lado, a Revolução Russa impunha uma nova ordem com o socialismo e por outro, em reação a este, emergia o fascismo, seguido mais tarde pelo nazismo. Em 1917, a Revolução Russa derruba a monarquia dos czares e instaura um violento processo que desembocaria na criação de um novo país, a União Soviética, e na adoção do socialismo de cunho estatal. Inspirado nos ideais marxistas-leninistas, o sistema determinaria drásticas medidas, como o fim da propriedade privada, a estatização dos meios de produção e o banimento da religião. Para Eric Hobsbawm, a Revolução Bolchevique foi tão fundamental para o século XX quanto a Revolução Francesa foi para o XIX. Trinta ou quarenta anos após a sua deflagração, um terço da humanidade estaria vivendo sob regimes dela derivados⁷, que eram ditaduras de um só partido fortemente organizado.

Para os socialistas russos, o Estado não serviria mais para manter o domínio de uma classe social, mas para findar com qualquer domínio de classe. Esta seria a justificativa oficial para o unipartidarismo soviético. Em entrevista concedida no ano de 1947, Josef Stalin fez a seguinte declaração:

A partir do momento em que não existem classes, havendo apenas uma certa diferenciação, que de modo algum é fundamental, entre as diversas camadas da sociedade socialista, não pode haver terreno propício para a criação de partidos que lutem uns contra os outros. Onde não existe pluralidade de classes, não pode haver pluralidade de partidos, porque um partido não é senão um fragmento de classe.⁸

Vencedor da disputa sucessória de Lenin, morto em 1924, Stalin pregava um maior controle do Partido Comunista sobre o país. Com este objetivo, nos anos 1930, foram promovidas grandes perseguições a supostos criminosos, que teriam traído a nação e a revolução proletária. O partido foi submetido a expurgos, que baniram antigos líderes bolcheviques, como Trotski, o qual seria executado no

⁵ FAUSTO, B., *O pensamento nacionalista autoritário*, pp. 7-8.

⁶ ARAUJO, M. C. D'., *O Estado Novo*, p.7.

⁷ HOBBSAWM, E., *Era dos extremos*, p. 62.

⁸ STALIN, J. apud DUVERGER, M., *Os Grandes Sistemas Políticos*, pp. 477-478.

exílio. Hannah Arendt, que considera o regime stalinista totalitário, fez o seguinte comentário sobre a dimensão desse expurgo:

(...) quando Estaline decidiu reescrever a história da Revolução Russa, a propaganda de sua nova versão consistiu em destruir, juntamente com livros e documentos, os seus autores e leitores: a publicação em 1938 da nova história oficial do Partido Comunista assinalou o fim do superexpurgo que havia dizimado toda uma geração de intelectuais soviéticos.⁹

Enquanto isso, no restante da Europa, a direita radical ia ganhando força como resposta ao crescimento das ameaças de revolução social e de movimentos da classe trabalhadora, os quais acabavam se confundindo com a idéias de socialismo. A Revolução Russa tornava-se símbolo maior do perigo e, em última instância, até mesmo uma desculpa para o nazi-fascismo. Outro fator que também teria contribuído para a ascensão da direita seria o impacto da guerra sobre jovens soldados nacionalistas, a maioria das classes média e média baixa — sendo o próprio Hitler um deles — que formariam os primeiros esquadrões de ultranacionalistas violentos. “A Primeira Guerra Mundial foi uma máquina que brutalizou o mundo, e esses homens se regozijaram com a liberação de sua brutalidade latente.”¹⁰ Para Hobsbawm, existiam condições ideais para o triunfo da ultradireita alucinada:

Um Estado velho, com seus mecanismos dirigentes não mais funcionando; uma massa de cidadãos desencantados, desorientados e descontentes, não mais sabendo a quem ser leais; fortes movimentos socialistas ameaçando ou parecendo ameaçar com a revolução social, mas não de fato em posição de realizá-la; e uma inclinação do ressentimento nacionalista contra os tratados de paz de 1918-20.¹¹

Em 1922, Benito Mussolini ascende ao poder na Itália e instaura o regime fascista. No entanto, é importante observar que o termo fascismo é usado para designar tanto o regime italiano, em particular, como, em geral, algumas ditaduras capitalistas modernas que nele se inspiraram, entre elas o próprio nazismo. Na Itália, o regime só se tornou ditatorial entre 1925 e 1926, e somente em 1929 o unipartidarismo foi estabelecido. Segundo Hannah Arendt, apesar de usuário do termo “Estado Totalitário”, Mussolini não teria estabelecido o totalitarismo inteiramente. Uma prova disto seria o pequeno número de criminosos políticos da

⁹ ARENDT, H., *O sistema totalitário*, p. 434.

¹⁰ HOBBSAWM, E., *Era dos extremos*, pp. 127-128.

¹¹ *Ibid.*, p. 130.

ditadura fascista e as sentenças relativamente brandas que lhes eram aplicadas¹².

Ainda de acordo com a autora:

O verdadeiro objetivo do fascismo era apenas a tomada do poder e a instalação da *élite* fascista no governo. O totalitarismo jamais se contenta em governar por meios externos, ou seja, através do Estado e de uma máquina de violência; graças à sua ideologia peculiar e ao papel dessa ideologia no aparelho de coação, o totalitarismo descobriu um meio de subjugar e aterrorizar os seres humanos internamente.¹³

O regime não tinha o exército como sua principal base de sustentação, mas sim o partido fascista, que, por sua vez, possuía características de uma milícia privada. Tal como soldados, seus membros envergavam uniformes e insígnias, eram treinados para desfilar, manejar armas e combater. Outra importante característica é que o regime se fazia passar por reformista, a fim de dissimular seu caráter fundamentalmente conservador. Para Walter Benjamin, que se suicidou enquanto tentava escapar do nazismo em 1940, o fascismo podia ser descrito como a “estetização da política”:

A crescente proletarização dos homens contemporâneos e a crescente massificação são dois lados do mesmo processo. O fascismo tenta organizar as massas proletárias recém-surgidas sem alterar as relações de produção e propriedade que tais massas tendem a abolir. (...) As massas têm o direito de exigir a mudança das relações de propriedade; o fascismo permite que elas se expressem, conservando, ao mesmo tempo, essas relações. Ele desemboca, conseqüentemente, na estetização da vida política.¹⁴

Ao contrário de Mussolini, Adolf Hitler consegue instaurar a ditadura de partido único alguns meses depois de tornar-se chanceler, em 1933. Um ano mais tarde, após a morte do presidente Hindenburg, acumulava também o posto de Chefe de Estado alemão. Nos anos seguintes, diversos referendos confirmariam sua enorme popularidade, e seu poder tornou-se tão grande, que o Estado transformou-se num mero instrumento seu e do Partido Nazista, algo que não ocorreu na Itália de Mussolini. Hannah Arendt considera que, assim como Stalin, Hitler não teria sido capaz de resistir a tantas crises e de se manter tanto tempo no poder sem o apoio das massas. Segundo ela:

A crença generalizada de que Hitler era simplesmente um agente dos industriais alemães e a de que Estaline só venceu a luta sucessória depois da morte de Lenine graças a uma conspiração sinistra, são lendas que podem ser refutadas por muitos fatos e, acima de tudo, pela indiscutível popularidade dos dois chefes.¹⁵

¹² ARENDT, H., *O sistema totalitário*, p. 396.

¹³ Ibid, pp. 414-416.

¹⁴ BENJAMIN, W., “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*, pp. 194-195.

¹⁵ ARENDT, H., op. cit., pp. 392-393.

No que se refere à repressão, tal como o stalinismo, o regime nazista foi um dos mais violentos da história. Milícias paramilitares como a SA e a SS, além da polícia política Gestapo, promoviam o terror, as detenções arbitrárias e a tortura. Seus alvos principais eram comunistas e judeus, considerados os culpados pela crise que se abatia sobre a Alemanha. Diversos campos de concentração e de extermínio foram construídos durante o regime, que comandou sistematicamente a execução de milhões.

Mas o fascismo e o nazismo não foram as únicas forças de direita a derrubarem os regimes democráticos e liberais. Eles inspiraram e apoiaram outros governos, dentre os quais, pode-se citar, por exemplo, o de Salazar em Portugal e o de Franco na Espanha. Para Eric Hobsbawm, essas forças tinham em comum a oposição à revolução social e às instituições políticas liberais. Eram autoritárias e podiam proibir alguns partidos, principalmente o comunista. Apoiavam-se no poder militar, policial ou de outros grupos capazes de exercer coerção física. E todos tendiam a ser nacionalistas.¹⁶ No entanto, o autor ressalta que não se deve confundir fascismo com nacionalismo. Nem todos os regimes nacionalistas eram simpatizantes do fascismo, primeiramente porque as ambições, principalmente de Hitler e também de Mussolini, de dominar o mundo ameaçavam vários deles, mas também porque as mobilizações contrárias ao fascismo, em vários países, produziram um patriotismo de esquerda. Segundo Hobsbawm:

Em termos gerais, o nacionalismo local pendia para o fascismo ou não conforme tivesse mais a ganhar do que a perder com o avanço do Eixo, e se seu ódio ao comunismo ou a algum outro Estado, nacionalidade ou grupo étnico (os judeus, os sérvios) era maior que sua antipatia aos alemães e italianos.¹⁷

2.2. O Estado Novo no Brasil

No Brasil, a Revolução de 1930 e a instituição do governo provisório deram início à chamada Era Vargas, que, nesse primeiro momento, foi marcada pela suspensão da Constituição e pela dissolução do Congresso Nacional. Com o passar do tempo, conforme o “provisório” prolongava-se indefinidamente, alguns setores da sociedade começaram a clamar pela legalidade, movimento que

¹⁶ HOBBSAWM, E., *Era dos extremos*, pp. 116-117.

¹⁷ *Ibid.*, p. 139.

culminou na Revolução Constitucionalista, ocorrida em São Paulo no ano de 1932. Mesmo tendo derrotado os rebeldes paulistas, Vargas percebeu que, para manter-se no poder, precisava de uma constituição e convocou eleições diretas para a Assembléia Nacional Constituinte. Em julho de 1934 a Assembléia promulgou a nova carta e elegeu Getúlio Vargas presidente do Brasil, com mandato de quatro anos, sem possibilidade de reeleição. Entretanto, a eleição prevista para 1938 não se realizou, pois um golpe de estado em 37 garantiu a continuidade de seu governo. Teve início aí o Estado Novo, que se estenderia até 1945. Algumas de suas características foram: o autoritarismo, o nacionalismo, a centralização política, o culto à personalidade do chefe de Estado e a repressão aos comunistas. A denominação “Estado Novo” também foi utilizada nessa época pelas ditaduras de Franco, na Espanha e de Salazar, em Portugal. Assim como em outros países que adotaram políticas autoritárias, como Alemanha e Itália, buscava-se um “novo” caminho como alternativa ao liberalismo e ao comunismo. No entanto, o regime não representou um rompimento com o passado e sim a consolidação de uma política de centralização administrativa e intervenção estatal que já vinha se delineando desde a Revolução de 1930.

Diversos fatores e acontecimentos levaram o Brasil a tomar o rumo do autoritarismo. Segundo Boris Fausto, um fator determinante foi a crise econômica mundial, iniciada com a quebra da bolsa de Nova York. A conseqüente desmoralização do capitalismo liberal possibilitou seu uso político como justificativa para o fim das liberdades de expressão e partidária, pois estas seriam responsáveis por desordem e caos.¹⁸ Em 1935, ocorre em quartéis do exército o Levante Comunista. A base de sua liderança era ligada à Aliança Nacional Libertadora, organização que tinha como presidente de honra Luís Carlos Prestes, homem de confiança do Partido Comunista soviético no Brasil. Mesmo fracassado, o episódio do Levante teve graves conseqüências, pois abriu caminho para um processo de crescente repressão às liberdades constitucionais. O Congresso Nacional passaria a aprovar medidas de exceção requisitadas pelo Executivo, como o estado de sítio e o estado de guerra. Com isso, vários políticos, jornalistas e intelectuais seriam presos ou perseguidos. Em 1937 é “descoberto” um suposto complô judaico-comunista internacional para a tomada do poder no

¹⁸ FAUSTO, B., “O Estado Novo no contexto internacional”. In: PANDOLFI, D. (org.), *Repensando o Estado Novo*, p. 19.

Brasil. Chamado de plano Cohen, tinha origem controversa e conteúdo fantasioso. Sua divulgação, no entanto, serviu de pretexto para as últimas manobras em direção ao golpe de estado e à instauração da ditadura. Sobre o tal plano, Maria Celina D'Araújo afirma que:

Nesta peça política, o anticomunismo se juntava ao anti-semitismo, a radicalização ideológica se revestia de aspectos racistas alimentando o discurso que defendia a necessidade de um Estado forte capaz de defender a Nação de perigosos inimigos externos.¹⁹

Algumas características de outros regimes serviram de inspiração para o Estado Novo. A legislação trabalhista de Vargas foi influenciada pela *Carta del Lavoro*, que vigorava na Itália fascista. Da Romênia, foram importadas as idéias de Mihail Manoilescu, escritor e ativo participante da vida política daquele país. Seus conceitos sobre conservadorismo, autoritarismo, corporativismo e protecionismo, os quais visavam favorecer a economia de áreas periféricas, iam ao encontro dos anseios dos industriais brasileiros. Outra forte influência viria da Turquia. Mustafa Kemal Atatürk, líder dos jovens militares turcos que tomaram o poder em 1922, impôs uma modernização autoritária a um país de tradições orientais. Ele se tornaria um exemplo entre um grupo de militares brasileiros conhecidos como Jovens Turcos.²⁰ Por fim, a Constituição outorgada após o golpe de 1937 no Brasil ficou conhecida como Polaca, pois era inspirada na carta polonesa. Esta aproximou o modelo político brasileiro do autoritarismo europeu. A nova Constituição dissolveu o Congresso Nacional, assim como as Assembléias Legislativas dos estados e as Câmaras Municipais. Como o Presidente indicava os interventores estaduais, na realidade, todas as decisões legislativas eram centralizadas pelo Executivo federal e pela figura de seu chefe. Com amplos poderes, Vargas teria meios para executar seus planos de reestruturar a nação. Ao se referir à criação do Estado Novo, Maria Celina D'Araújo relata:

Getúlio tinha um plano de governo a ser posto em prática — desenvolvimento econômico, intervencionismo e industrialização —; tinha um plano político — a ditadura, entendida como trégua social para possibilitar a expansão do país —; e tinha um inimigo objetivo a quem atribuir a responsabilidade pelas medidas excepcionais que propunha — o comunismo.²¹

¹⁹ ARAUJO, M. C. D'., *O Estado Novo*, p. 15.

²⁰ FAUSTO, B., "O Estado Novo no contexto internacional". In: PANDOLFI, D. (org.), *Repensando o Estado Novo*, pp. 18-19; ARAUJO, M. C. D'., *ibid.*, pp. 10-11.

²¹ ARAUJO, M. C. D'., *ibid.*, p. 23.

Mas o regime não agiu somente contra os grupos de esquerda. Os integralistas, que lutavam contra o liberalismo e o socialismo, acabaram perseguidos e seu líder, Plínio Salgado, foi exilado. Apesar de claras semelhanças com outros regimes autoritários e totalitários, os doutrinadores do Estado Novo faziam questão de demarcar suas diferenças com o fascismo e com o integralismo. Como eles mesmos criticavam o liberalismo por ser uma colagem de idéias importadas, cuja aplicação no Brasil era artificial e contraproducente, não poderiam admitir que recebiam forte influência de idéias vindas de fora.²² No entanto, Lúcia Lippi Oliveira ressalta que a preocupação em negar esses vínculos não foi “levada a sério pelos analistas, já que os autores ‘serviam’ ao regime e procuravam ‘mascarar’ seus compromissos ideológicos”²³. Segundo Oliveira, o Estado Novo não possuía uma doutrina única, mas diversos doutrinadores que se ocupavam de questões específicas, e através da interpretação de seus textos seria possível a composição de um todo.²⁴

Azevedo Amaral foi um dos principais doutrinadores do Estado Novo e sua obra *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, de 1938, exalta tanto o regime quanto o autoritarismo. Para ele, o Estado Novo estaria “imune de quaisquer contaminações das influências dos regimes totalitários, tanto comunista como fascista”. A seu ver, o que definiria o Estado totalitário seria a aniquilação da personalidade humana, que destituiria os indivíduos de iniciativa e liberdade. Por outro lado, o Estado Novo demarcaria nitidamente seu poder de atuação sobre o indivíduo, assegurando a sua liberdade de consciência e de expressão — desde que isto não implicasse em “atividades de caráter político incompatíveis com a segurança da organização estatal e com o seu sentido ideológico”. Para o autor, o Estado e a Nação formariam um todo indissolúvel, como se pode observar em sua definição de estado autoritário:

(...) um Estado nacional em que todos os indivíduos e todos os grupos sociais, sejam quais forem o credo e as opiniões que professem, estão identificados com ele como parte integrante que são da coletividade nacional consubstancialmente unida à organização estatal.²⁵

²² FAUSTO, B., “O Estado Novo no contexto internacional”. In: PANDOLFI, D. (org.), *Repensando o Estado Novo*, p. 20.

²³ OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C., *Estado Novo: ideologia e poder*, p. 28.

²⁴ *Ibid.*, p. 8.

²⁵ AMARAL, A., *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, pp. 102, 114-115.

A construção de um estado autoritário passaria necessariamente por uma reformulação na área educacional. Desde 1930, o governo Vargas demonstrava grande preocupação com esse campo, fundando, naquele mesmo ano, o Ministério da Educação e Saúde. Além de reformar o ensino escolar, o governo visava a formação de uma nova sociedade, comprometida com a defesa da pátria face às ameaças de outras culturas, ideologias e nações. Como em outros setores, as iniciativas tiveram um caráter centralizador, sem envolver grande participação da sociedade. No entanto, vários intelectuais foram chamados a participar do governo. Entre eles pode-se citar Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde entre 1934 e 1945, Carlos Drummond de Andrade, Anísio Teixeira, Manuel Bandeira, Heitor Villa-Lobos, Cecília Meireles e Mario de Andrade. Um projeto educacional que buscasse a valorização da identidade nacional iria ao encontro dos anseios tanto de Vargas quanto da intelectualidade, que desde a Semana de Arte Moderna de 1922, pelo menos, demonstrava interesse por essa questão.

No início da década de 1930, a produção de café era a base de sustentação da economia brasileira. A partir de 1937, o governo priorizou a política de substituição das importações pela produção interna e o estabelecimento de uma indústria de base. A intenção do governo seria promover a modificação do caráter essencialmente agrícola da economia brasileira para um novo modelo de cunho industrial. Com isso, pela mão forte do Estado, acreditava-se que o Brasil se colocaria entre as nações mais desenvolvidas. O que se fez, na prática, foi acelerar um processo de industrialização, que vinha se intensificando desde o fim da Primeira Guerra e que se tornava cada vez mais importante no limiar de outro conflito. Com o apoio à indústria, ficava claro que novas questões trabalhistas emergiriam nos centros urbanos. Tornava-se necessária a elaboração de uma política que regulamentasse o trabalho e abafasse os conflitos de classe. Afinal, mesmo com a adesão de importantes segmentos da sociedade, como a Igreja Católica e as Forças Armadas, o Estado Novo buscava nos trabalhadores sua principal sustentação. São emblemáticas, por exemplo, medidas como a organização da Justiça do Trabalho, de 1939, a fixação de um salário mínimo, de 1940, e a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. Como bem lembra Eric Hobsbawm, “os regimes fascistas europeus destruíram os movimentos trabalhistas, os líderes latino-americanos que eles inspiraram os

criaram”²⁶. O autor considera que os chefes de estado latino-americanos se inspiraram no fascismo europeu ao adotarem a deificação de líderes populistas com fama de agir. No entanto, as massas a serem mobilizadas nestes países “não eram as que temiam pelo que poderiam perder, mas sim as que nada tinham a perder”. Seus inimigos não eram estrangeiros e grupos de fora, mas a classe dominante local. Tanto Juan Perón, na Argentina, quanto Getúlio Vargas, no Brasil, tiveram como principal apoio a classe trabalhadora.²⁷

Se, no campo ideológico, o Estado Novo afirmava manter distância das influências totalitárias, no econômico, o regime se aproximava da Alemanha nazista. Em 1938, o Brasil negocia um aumento de suas exportações para esse país, que se tornaria o segundo parceiro comercial mais importante, atrás apenas dos Estados Unidos. Os alemães, por sua vez, forneciam armamentos ao Brasil, além de mostrarem interesse em financiar sua indústria siderúrgica. Com a deflagração da Segunda Guerra, a influência germânica era tal, que nomes como os generais Dutra e Góis Monteiro eram a favor de uma aliança com o Eixo. Entretanto, o empréstimo dos Estados Unidos para a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda — em troca da instalação de uma base militar norte-americana no Rio Grande do Norte — e, posteriormente, sua entrada na guerra, fizeram com que o Brasil deixasse a posição de neutralidade no conflito. O país rompe suas relações com os países do Eixo e se alia aos norte-americanos, posição defendida por Oswaldo Aranha, Ministro do Exterior. A Alemanha, em resposta, afundaria diversas embarcações brasileiras, causando grande comoção e revolta contra os nazistas. O Brasil finalmente declararia guerra ao Eixo em agosto de 1942 e enviaria tropas à Europa em 1944.

2.3. Propaganda política e identidade visual

A propaganda política foi mais uma área na qual o Estado Novo sofreu ampla influência do modelo fascista. Isso ocorreu não somente nas técnicas utilizadas para manipular as massas, atuando sobre a sensibilidade e os sentimentos, mas também nos órgãos responsáveis pela propaganda política,

²⁶ HOBSBAWM, E., *Era dos extremos*, pp. 137-138.

²⁷ *Ibid.*, pp. 137-138.

semelhantes nas suas formas de organização e planejamento. Ainda assim, o regime brasileiro tinha suas especificidades e atingiu resultados diferentes daqueles obtidos na Europa.

O governo alemão criou, em 13 de março de 1933, o Ministério da Informação Popular e da Propaganda, sob o comando de Joseph Goebbels. Seu objetivo era o controle de todos os meios de comunicação e a censura de qualquer forma de expressão que não estivesse de acordo com as idéias do regime. Além disso, utilizava técnicas altamente persuasivas e eficientes na transmissão de sua doutrina, através de cartazes, cinema, eventos públicos do partido, rádio, etc. O Brasil já contava com um departamento oficial de propaganda, diretamente vinculado ao Estado, desde 1931. Em 1934, este passou a se chamar Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, sofrendo modificações. Ambos, no entanto, não foram muito efetivos e nem obtiveram credibilidade junto à população. Em 27 de dezembro de 1939 foi criado o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão subordinado diretamente à Presidência da República, cuja chefia coube a Lourival Fontes durante a maior parte de sua existência. Segundo Lúcia Lippi Oliveira, Fontes situava-se no campo intelectual da direita católica e partilhava do anticomunismo extremado. Dirigiu uma publicação chamada *Hierarquia*, mesmo nome da revista fascista italiana, e visitou Mussolini. Frequentemente a historiografia o classifica como adepto desta ideologia, tendo ele ficado conhecido como “o Goebbels tupiniquim”. Na maioria dos livros também se encontra a informação de que, por ocasião da aproximação do Brasil com os Aliados, ele e outras figuras do governo identificadas com o nazismo e com o fascismo foram afastados. No entanto, a autora levanta outros aspectos de sua atuação à frente do órgão, os quais indicam ter este permitido a americanização do Brasil. Diante disso, ela chega à seguinte conclusão:

Nada disso transforma Lourival Fontes em liberal ou democrata. Muitos se aproximam da sociedade e da cultura norte-americana sem deixar suas matrizes autoritárias e tradicionais. Possivelmente, o sr. Lourival Fontes não seria nem mais nem menos fascista do que inúmeras outras figuras que permaneceram no governo Vargas.²⁸

O DIP era responsável pela propaganda e pela censura. Contava com cinco grandes divisões: divulgação, radiodifusão, cinema e teatro, turismo, imprensa. Em 1940 foram criados os DEIPs (Departamentos Estaduais de Imprensa e

²⁸ OLIVEIRA, L. L., “O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo”. In: BOMENY, H. (org.), *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*, pp. 37, 39, 56.

Propaganda), encarregados da divulgação e censura nos estados, agindo conjuntamente com os governos locais. No entanto, não chegaram a ser instalados todos os DEIPs e a maioria não obteve grande sucesso em sua atuação. O Departamento de São Paulo, comandado por Cassiano Ricardo, foi o mais atuante. O DIP controlava a publicidade e a propaganda de toda a administração pública federal. Portanto, as peças criadas no IBGE, inclusive aquelas utilizadas para divulgação do Recenseamento Geral de 1940, também deveriam ser aprovadas por esse órgão. A Comissão Censitária Nacional, criada no Instituto em 1938, era composta por seis membros do Conselho Nacional de Estatística; por três membros escolhidos entre especialistas em administração, economia, sociologia, demografia e estatística em geral; pelo secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia e pelo diretor do DIP²⁹, o que demonstra essa estreita ligação.

Mais importante do que os órgãos criados para controle da propaganda política foram os métodos e técnicas utilizados. Segundo Maria Helena Capelato, a função simbólica foi de especial importância nesse período. Havia grande preocupação com o consentimento popular, buscando-se apoio nas massas, ao contrário do regime militar das décadas de 1960 e 1970, no qual a manutenção do poder era garantida pelo uso da força.³⁰ Para o fascista francês Robert Brasillach, o fascismo não seria uma teoria, mas uma poesia da fé e da emoção. Mussolini se considerava não um homem do estado, mas um poeta bravo. No livro *Minha luta (Mein Kampf)*, que Hitler escreveu quando esteve preso depois do golpe militar fracassado de 9 de novembro de 1923, ele diz que um líder não consegue ganhar seguidores através de explicações ou instruções, pois isso nunca moveu as massas. Para ele, a devoção inspira e a histeria leva à ação. A propaganda nazi-fascista raramente prometia conforto material, em vez disso, clamava para que se substituísse o materialismo da vida capitalista por sentimentos espontâneos e pela reintegração dos indivíduos à alma coletiva de sua nação. O fascismo era claramente anti-racionalista, ao contrário do comunismo. Ideólogos como Lenin defendiam que este último, apesar da retórica emotiva, seria baseado em objetividade científica e que seus ideais apelariam para a razão. Por outro lado, os fascistas rejeitavam abertamente o racionalismo, considerado o lado árido e sem

²⁹ PENHA, E. A., *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*, p. 83.

³⁰ CAPELATO, M. H. R., *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*, p. 48.

alma da modernidade burguesa, e descreviam seu movimento como o culto da ação e da paixão, livre de regras doutrinárias.³¹ Já o Estado Novo no Brasil pretendia, em muitos campos, ser um regime baseado na racionalidade científica e, como será visto adiante, este foi um dos fatores que levaram à valorização das pesquisas estatísticas e à criação do IBGE. No entanto, Francisco Campos, um de seus ideólogos, nesse aspecto tinha uma visão sobre propaganda política semelhante ao fascismo, conforme explica Lúcia Lippi Oliveira:

Para ele o irracional tem muito mais força persuasiva do que a razão, já que é capaz de chegar ao universo íntimo das camadas populares. Com esse objetivo, a propaganda política deveria apelar para dramas épicos, para narrativas heróicas, que teriam melhores condições de inculcar o civismo e os valores pátrios.³²

Os regimes fascistas realizavam com frequência diversas manifestações públicas como paradas, cerimônias e comícios de massa. Na Alemanha foi inventado um novo calendário de dias festivos para aumentar as oportunidades de realizar eventos. Quase todos eram transformados em espetáculos detalhadamente planejados, apresentando uma forma teatral e ritualística. Esses eventos eram concebidos para dar à população um senso de identidade de grupo e engajamento e deixá-la suscetível à manipulação emocional. Hitler cuidava meticulosamente do estilo de seu personagem público. Teve aulas com um ator para desenvolver seu repertório de gestos e retórica e criou um curso para ensinar membros do Partido a discursar. Para reforçar o culto ao líder, Mussolini também desenvolveu um código de gestos e expressões altamente estilizados, que podiam claramente ser vistos do fundo da multidão. Hitler e Mussolini tentavam nitidamente emanar um carisma erótico e ambos diziam poder controlar as massas como se lidassem com mulheres.³³ Essa teatralidade pode ter sido influenciada em grande parte pelo cinema mudo. Os comícios também se baseavam nas recentes inovações teatrais do período de Weimar onde drama, coreografia, música e arquitetura eram misturados numa experiência integrada. Enormes espaços arquitetônicos eram construídos, com projetos que combinavam estádios de esporte com *sets* de musicais de Hollywood.

³¹ CLARK, T., *Art and propaganda in the twentieth century: the political image in the age of mass culture*, p. 47.

³² OLIVEIRA, L. L., “O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo”. In: BOMENY, H. (org.), *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*, pp. 41-42.

³³ CLARK, T., op. cit., p. 49.

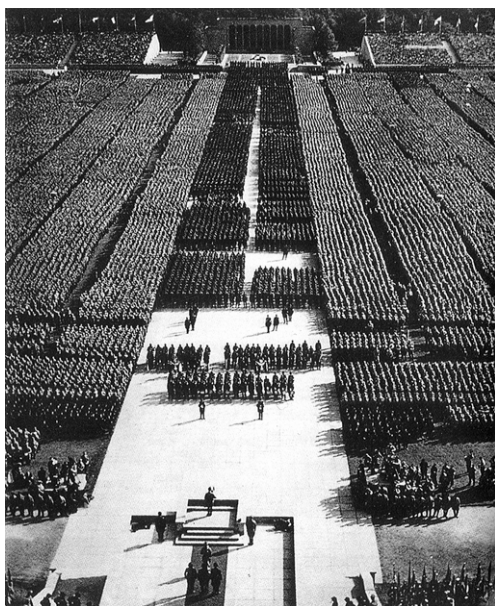


Figura 1 - Fotograma do filme *Triunfo da vontade* de Leni Riefenstahl

O fascismo e o nazismo também utilizavam as mídias de massa para se promoverem. Na Alemanha os comícios eram transmitidos por rádio e projetados no cinema. No filme *Triunfo da vontade*, de Leni Riefenstahl, que mostra o Congresso do Partido em 1934, pode-se perceber como a multidão era organizada em forma de figuras geométricas, que simbolizavam a transformação das massas disformes em uma força nacional única (figura 1). Hitler passava por um corredor largo entre as fileiras, até atingir sua posição solitária sobre a massa, como uma metáfora do soldado que emergiu do meio do povo para levar sua mensagem divina.³⁴ A apresentação visual também era uma grande preocupação para o nazismo. Tudo era meticulosamente planejado, desde o corte e a insígnia de seus uniformes, até os símbolos do estado, como a suástica, que Hitler dizia ter ele mesmo desenhado.

A propaganda nazista procurava atingir todo o povo alemão, abordando temas diversos. Seu objetivo era abranger os valores de cada segmento da sociedade e, ainda assim, manter uma imagem de consistência ideológica e unidade nacional. Para tocar a classe média, prometia combater o bolchevismo. Já os operários estavam interessados na valorização do trabalho manual e na promessa de emprego. O papel da mulher era apresentado como algo mítico, apesar de permanecer cada vez mais limitado ao casamento e à maternidade. As

³⁴ Ibid., pp 49-50.

crianças eram doutrinadas na escola e em seus momentos de lazer.³⁵ Assim como na Alemanha e na Itália, no Brasil eram realizadas festas e comemorações cívicas e esportivas. Estas ajudavam a construir a imagem de uma sociedade unida, harmônica e feliz e faziam com que as pessoas esquecessem as práticas repressivas de controle social. As datas nacionais eram comemoradas em grande estilo em estádios desportivos como o do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, o Palestra Itália e o Pacaembu, em São Paulo. Aconteciam também em praças e avenidas. A participação popular era muito grande, mesmo porque vários setores da sociedade, como escolas, Forças Armadas, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Especial, bandas, corais, grupos de dança, grupos de teatro, escoteiros e sindicatos eram obrigados a comparecer e a fazer apresentações. Depois dos eventos os jornais aproveitavam para exaltar a felicidade do povo brasileiro.³⁶

O cinema também teve papel doutrinário importante no regime de Getúlio Vargas e na criação da imagem de seu governante. Para isso, um dos instrumentos utilizados foi o Cinejornal Brasileiro, série de documentários de curta metragem exibidos obrigatoriamente antes das sessões dos filmes. Este apresentava a crônica cotidiana da política nacional, com o uso do forte impacto dos recursos audiovisuais. Segundo Cássio dos Santos Tomaim, em sua dissertação de mestrado *“Janela da alma”: Cinejornal e Estado Novo – fragmentos de um discurso totalitário*, o uso do cinema como propaganda política no Estado Novo não foi tão forte e abrangente como na Alemanha, ficando restrito aos filmes educativos e às crônicas da atualidade do Cinejornal Brasileiro. Seus temas mais comuns eram as Forças Armadas, a figura de Vargas e as festas cívicas. A primeira era apresentada como a garantia de manutenção da segurança e da ordem da Nação, enquanto o Presidente era, mais uma vez, mostrado como o líder do povo brasileiro, símbolo maior da unidade nacional.³⁷ Assim como Alemanha e Itália, os filmes de propaganda do Estado Novo utilizavam a multidão para simbolizar a unidade da Nação, homogênea e harmônica.

Outro meio de comunicação utilizado de maneira eficaz pelo regime Vargas foi o rádio. Este permite que se leve o poder a todos os cantos do país,

³⁵ Ibid., pp 48-49.

³⁶ CAPELATO, M. H. R., *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*, pp. 48-61.

³⁷ TOMAIM, C. S., *“Janela da alma”: Cinejornal e Estado Novo – fragmentos de um discurso totalitário*, pp. 131, 144.

aumentando as possibilidades de contato do governo com o povo. Para Lúcia Lippi Oliveira, o rádio conseguia “reunir simbolicamente todos os brasileiros, que juntos passariam a imagem de uma comunidade harmoniosa em que todos participam”. O uso do rádio pelo governo brasileiro nesse período é freqüentemente comparado às experiências nazistas e fascistas. No entanto, a autora lembra que Roosevelt também fez uso desta forma de comunicação durante seus esforços de reconstrução do país falando ao povo como se este formasse uma grande família a escutar o “pai”.³⁸ O rádio também teria tido um papel importante na americanização do Brasil, por exemplo, ao divulgar a atuação daquele país na guerra, através da transmissão de programas feitos em colaboração com a sua agência. Esta recebia, ainda, o direito ao uso de cinco minutos da *Hora do Brasil*. Este é um aspecto pouco explorado da aproximação do Brasil com os Estados Unidos, a qual pode ter sido permitida pelo próprio DIP, a despeito da simpatia de seu chefe pelo fascismo.³⁹

A fotografia foi um meio de representação especialmente útil neste período, pois persistia o senso comum de que o que fosse colocado na frente da câmera seria reproduzido de maneira relativamente objetiva, mesmo existindo retoque com aerógrafo. Os aliados fizeram uso da fotografia na Segunda Guerra, por considerarem um meio mais efetivo de protesto contra as atrocidades do conflito do que as ilustrações caricaturais criadas durante a Primeira Guerra.⁴⁰ No Brasil, segundo Aline Lopes de Lacerda, a fotografia já era utilizada na imprensa desde princípios do século XX, mas veio a conhecer um incremento significativo na década de 1930. A autora considera que esta tinha dupla função: resumia um acontecimento cuja descrição exigiria várias linhas e “mostrava” o acontecimento, “provando” que as informações escritas condiziam com a verdade dos fatos. Lacerda ressalta, ainda, que as reportagens fotográficas dos atos oficiais do regime de Vargas formariam “um verdadeiro mosaico de imagens de um governo que desejava estar constantemente presente, seja através de fotografias ‘oficiais’ ou até mesmo de ‘flagrantes’, todos porém produzidos pelo ‘olho’ da máquina

³⁸ OLIVEIRA, L. L., “O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo”. In: BOMENY, H. (org.), *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*, pp. 51, 56.

³⁹ Ibid., p. 38.

⁴⁰ HOLLIS, R., *Graphic design: a concise history*, pp. 104-105.

governamental”⁴¹. Daniel Cabral Borges, ao analisar a série de postais intitulada “Brasil Novo”, criada pelo DIP, observa que esta procura celebrar os feitos do Estado Novo e de seus aliados através do uso de composições fotográficas. Os postais continham trechos de discursos de Vargas mesclados com fotos de eventos, como a abertura de estradas, a produção siderúrgica e mesmo as viagens do Presidente. Segundo o autor, os postais não buscavam doutrinar pela palavra, mas sim pelas imagens, privilegiando a fotografia como “registro verdadeiro dos fatos”⁴².

A fotografia também foi muito utilizada na União Soviética, principalmente em fotomontagens, técnica extremamente apreciada pelos artistas e designers de vanguarda. Quando a revolução de outubro de 1917 aconteceu, a gráfica russa já apresentava grande qualidade e, desde o final do século XIX, vinha passando por um processo de renovação e criação de um estilo próprio. Durante os anos que se seguiram à revolução, os artistas tinham a permissão e até o encorajamento estatal para realizar experimentos e debates, os quais iam além da discussão sobre o melhor estilo para a arte comunista. Eles estavam preocupados com questões mais amplas, como a função da arte na nova sociedade.⁴³ Durante a guerra civil que ocorreu no país entre 1919 e 1921, o cartaz foi de grande importância, assumindo caráter informativo e conteúdo político. Esse tipo de peça gráfica ficou conhecido como ROSTAS. Eram bastante simples e populares, impressos com baixo custo e muita rapidez, sendo por vezes até feitos à mão, com o uso de máscaras recortadas. Normalmente eram colocados em janelas. Nesta época, o cartaz ficou conhecido como “pintura proletária”, sendo “um novo veículo e suporte para a realização estética dos artistas revolucionários, engajados no processo de fundar uma nova arte para uma nova sociedade”⁴⁴.

A partir de 1934, quando Stalin impôs o Realismo Socialista como estilo artístico oficial da União Soviética, o controle sobre a arte aumentou consideravelmente. Os programas nacionais de reconstrução implementados pelo comunismo estatal, como a industrialização e a coletivização da agricultura,

⁴¹ LACERDA, A. L., *A “Obra Getuliana” ou como as imagens comemoram o regime*, pp. 243-244.

⁴² BORGES, D. C., *Imagem e comunicação visual no discurso político da Era Vargas*, p. 113.

⁴³ Este tema será aprofundado no capítulo três.

⁴⁴ SALLES, E. “Algumas idéias sobre a ‘grande utopia’ e um breve descritivo da exposição”. In: *Gráfica utópica: arte gráfica russa 1904-1942* (Catalogo de exposição), p. 14.

tinham a intenção de influenciar profundamente o modo das pessoas pensarem e agirem. O comunismo pretendia não só transformar a realidade social, mas também a consciência da população. Suas representações visuais tinham o objetivo de conduzir a apreensão popular, apresentando uma visão da sociedade muito distante da realidade cotidiana. Frequentemente se compara o Realismo Socialista à arte oficial do nazismo alemão. Há certamente muitos pontos em comum: ambos atingiram o ápice na década de 30, produziram imagens que idealizavam trabalhadores e camponeses e cultuavam seus líderes; ambos usavam estilos populistas facilmente legíveis; ambos usavam, por trás das técnicas persuasivas de propaganda, métodos brutais de coação, que incluíam prisões arbitrárias e assassinatos em massa. Mas um olhar mais apurado revela diferenças importantes. Comunismo e nazismo tinham tradições sociais e culturais diferentes, profundamente enraizadas e específicas de cada contexto nacional. O nazismo apresentava uma glorificação mitificada do passado e emergiu, em parte, como uma reação contra a instabilidade produzida pela rápida modernização da Alemanha. Já o comunismo se entusiasmava pelo progresso, buscando atingir a modernidade, que foi antecédida pela revolução política.⁴⁵

Boris Fausto lembra que a política do Estado Novo para a cultura e a arte nada tem a ver com a praticada na Alemanha de Hitler: “Enquanto o nazismo acaba com a chamada arte degenerada, o regime estado-novista convoca — tratando de cooptar, por certo — a vanguarda modernista, que representa um ponto alto e muitas vezes irreverente da cultura do país.”⁴⁶ Um exemplo disto foi a construção da sede do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro, considerada o grande marco da arquitetura modernista brasileira. Sob a égide do suíço Le Corbusier, o projeto foi concluído em 1937, por uma equipe de jovens arquitetos, liderados por Lúcio Costa. Segundo Lauro Cavalcanti, não seria surpreendente a aproximação entre o regime e os arquitetos modernistas, afinal estes, “com o domínio de novas linguagens estruturais, bons contatos internacionais e a genialidade de Oscar Niemeyer”, estavam “mais do que bem

⁴⁵ CLARK, T., *Art and propaganda in the twentieth century: the political image in the age of mass culture*, pp. 73-74.

⁴⁶ FAUSTO, B., “O Estado Novo no contexto internacional”. In: PANDOLFI, D. (org.), *Repensando o Estado Novo*, p. 20. Para mais informações sobre a cultura no Estado Novo ver WILLIAM, D., *Culture wars in Brazil: the first Vargas regime, 1930-1945*.

equipados para construir as formas de um Estado que se queria novo”⁴⁷. No entanto, durante o Estado Novo também foram erguidos prédios em estilo Art Déco e outros similares às construções fascistas. Um exemplo deste último caso é o edifício do Ministério da Fazenda, descrito por Rafael Cardoso como “monumental e vagamente neoclássico”. O autor aponta a ligação entre construções em grande escala e autoritarismo, lembrando que neste aspecto Vargas se assemelhava a outros líderes populistas e ditadores da época. Ainda segundo ele, no Brasil, “o estilo Art Déco foi aplicado à arquitetura do monumentalismo como uma maneira de mascarar a política reacionária com um verniz de modernidade progressista”. Como exemplo bem sucedido desta mistura, ele cita o prédio da estação de trem Central do Brasil, de autoria de Roberto Magno de Carvalho. Assim como a sede do Ministério da Educação e Saúde, este também fez parte do programa de Vargas para a reconstrução da capital e da Nação ao estilo do Estado Novo.⁴⁸

Assim como na União Soviética, conforme referido anteriormente, a produção de cartazes teve papel importante na propaganda política de diversos países. Segundo David Crowley, os recursos investidos em cartazes antes da Primeira Guerra Mundial foram relativamente escassos. Durante o conflito, no entanto, os investimentos dos países nessa área cresceram consideravelmente. Esta guerra é freqüentemente considerada como a primeira verdadeiramente moderna devido ao desenvolvimento da indústria bélica e das armas químicas, mas também por ter ultrapassado os limites dos campos de batalha. Pela primeira vez, o apoio popular foi uma condição necessária para se obter sucesso em uma disputa dessa natureza. Era imprescindível persuadir as pessoas para que se alistassem, para que emprestassem dinheiro para o estado na forma de bônus de guerra, para que trabalhassem mais, seja em suas ocupações domésticas ou nas fábricas de munição. Numa época em que ainda não havia televisão, nem transmissão de rádio em longas distâncias e o cinema apenas começava a aparecer, o cartaz litográfico era uma forma madura e bem estabelecida de comunicação gráfica.

⁴⁷ CAVALCANTI, L., “Modernistas, Arquitetura e Patrimônio”. In: PANDOLFI, D. (org.), *Repensando o Estado Novo*, p. 182.

⁴⁸ CARDOSO, R., “Ambiguously modern: art deco in Latin America”. In: BENTON, C.; BENTON, T.; WOOD, G., *Art Deco 1910-1939*, pp. 401-402.

“The Art Deco style was applied to the architecture of monumentalism as a means of masking the politics of reaction with a veneer of progressive modernity.”

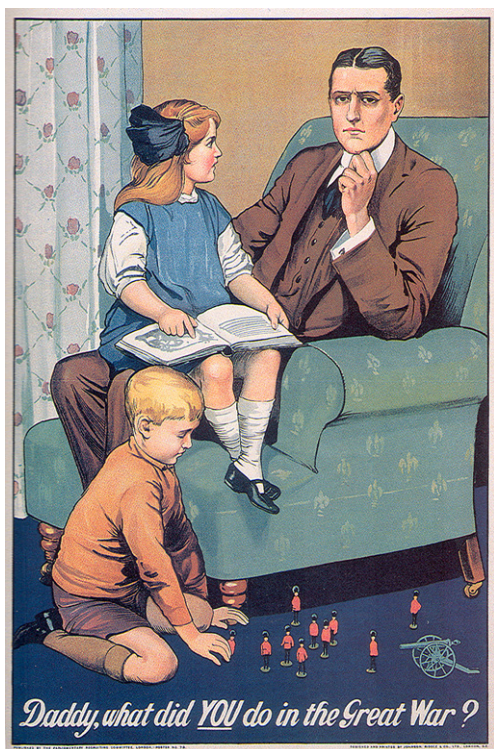


Figura 2 - Cartaz, Reino Unido, 1915. Autor: Savile Lumley.

O autor cita um exemplo inglês desse tipo de comunicação, o qual teve grande repercussão na época e ficou bastante conhecido posteriormente (figura 2). A ilustração mostra o pai pensativo com a filha em seu colo e o filho no chão, brincando com soldadinhos e um canhão. A menina folheia um livro sobre o conflito e, com um olhar interrogativo, pergunta: “papai, o que VOCÊ fez na Grande Guerra?” (“*Daddy, what did YOU do in the Great War?*”). O pai encara o observador e, nesta troca de olhares, um homem poderia imaginar-se como protagonista desse cartaz, num momento em que a pressão social para o alistamento era enorme. Apesar do público principal a ser atingido ser formado por homens que ainda não tinham se alistado, há um segundo público-alvo: as famílias, as quais teriam a responsabilidade de convencer maridos e pais a agirem. Essa peça é um típico representante do que, depois da guerra, se tornou uma das mais controversas e denunciadas formas de cartaz: aquele que apela para reprovação moral ou emocional. Até mesmo Hitler, em seu livro *Minha luta*, disse que a propaganda inglesa da Primeira Guerra era tão sem regras quanto era brilhante e reconheceu que muitas das estratégias usadas na propaganda nazista,

como a chantagem emocional, foram influenciadas por ela.⁴⁹ Hitler considerava que as mensagens deveriam ser populares, de acordo com a capacidade de interpretação dos cidadãos menos intelectualizados. Ele estava convencido de que os cartazes artísticos usados na Alemanha e na Áustria na Primeira Guerra eram menos efetivos do que os criados pelos Aliados, com ilustrações e *slogans* mais simples.⁵⁰ Diversos designers habilidosos e reconhecidos ofereceram seus serviços à causa nazista, sendo Ludwig Hohlwein um dos principais. Sua reputação, no entanto, ficou fortemente abalada por essa aproximação com o nazismo. A evolução de seu trabalho coincidiu com a concepção de Hitler sobre propaganda. Enquanto o ditador enviava pelo rádio mensagens sobre a superioridade da raça germânica, de seus atletas e de sua cultura, Hohlwein espalhava essas imagens por todo o país através de seus cartazes. Conforme o nazismo consolidava seu poder e a Segunda Guerra Mundial se aproximava, seu estilo tornou-se mais militarista, com formas pesadas e com grandes contrastes.⁵¹

A propaganda nazista se concentrou principalmente em um repertório limitado de temas: o estereótipo racial ariano, as ameaças judia e bolchevique, a imagem de Hitler como um gênio singular e a multidão formando uma comunidade unida. Tanto Hitler, quanto Mussolini e Stalin transformaram-se em personagens cultuados e amplamente representados em duas dimensões. Eles tiveram seus rostos reproduzidos nas capas de jornais, revistas, cartazes e selos, tornando-se ícones, como pode ser visto nas figuras 3, 4 e 5. Na figura 3 Hitler posa à frente da massa, como um líder solitário. Esta o apóia com gestos, reforçados pelo texto que diz: “Sim, *Führer*, nós vamos segui-lo”. O cartaz foi criado para um dos referendos que confirmaram sua enorme popularidade. A imagem mostrada na figura 4 foi feita para o referendo italiano de 1934, décimo segundo ano do governo de Mussolini, que o manteve no poder com uma vitória esmagadora. Esta versão, lançada após a sua realização, ostentava um grande *sim* (*si*). O “s” apresenta uma fotomontagem no seu interior e o “i” os números da votação. O corpo do ditador é formado por uma fotografia de multidão, representando a massa que o sustentava.⁵² Na figura 5, o rosto de Stalin se

⁴⁹ CROWLEY, D., “Protest and propaganda: the propaganda poster”. In: TIMMERS, M., *The power of the poster*, p. 109-114.

⁵⁰ MEGGS, P., *A history of graphic design*, p. 254.

⁵¹ *Ibid.*, p. 255.

⁵² SCHNAPP, J., *Revolutionary tides: the art of the political poster 1914-1989*, p. 151.

sobrepõe ao de Lenin. A idéia que se pretende transmitir é que o primeiro sucederia o segundo na condução da Revolução Russa, pois o texto diz: “Com a bandeira de Lenin venceremos as batalhas da Revolução”. Ao seu lado, outros membros do Partido Comunista soviético em tamanho menor e, atrás, ainda mais reduzidos, o povo. Desta maneira, fica clara a existência de uma hierarquia de poder no país.

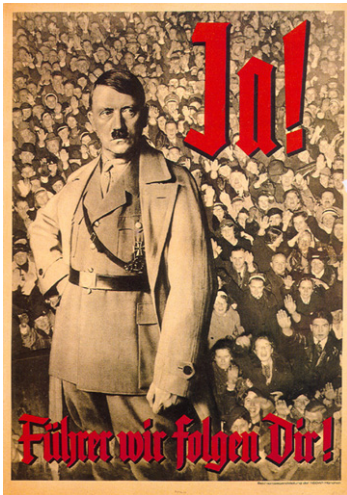


Figura 3 - Cartaz, Alemanha, 1934. Autor desconhecido.



Figura 4 - Encarte de revista, Itália, 1934. Autor: Xanti Schawinsky.



Figura 5 - Cartaz, URSS, 1933. Autor: Gustave Klutsis.



Figura 6 - Página da publicação *A Juventude no Estado Novo*.



Figura 7 - Página de uma cartilha para crianças feita pelo DIP, 1941.

O Estado Novo também desenvolvia um intenso trabalho buscando criar e fortalecer para si uma imagem sacralizada, exaltando os feitos de suas instituições e personalidades, principalmente os de seu Presidente. Da mesma forma que Hitler era chamado de *Führer*, que significa Líder, e Mussolini era *il Duce*, o Condutor, diversas alcunhas reverenciavam Getúlio Vargas, tais como Guia da Juventude Brasileira, Grande Pai, Apóstolo Nacional, Reformador, Pacifista e Pai dos Pobres, esta última a mais conhecida. A figura de Getúlio Vargas era exaltada em publicações oficiais, muitas delas dirigidas ao público infantil. São comuns as representações em que ele aparece como uma figura paternal a acariciar crianças e jovens. O mito Vargas seria construído, portanto, pelo carisma do Presidente, aliado à sua máquina de propaganda.⁵³ Ele era tratado como um líder espiritual, um anjo ou um santo, um ser superior, da mesma maneira que Hitler e Mussolini em suas estratégias de culto à personalidade do chefe de estado. Procurava-se mostrar como, desde seu nascimento, Vargas estaria predestinado a se tornar um líder da Nação. Para Lúcia Lippi Oliveira “este constitui o perfil básico do herói, seus atributos excepcionais estão contidos na origem”⁵⁴. Na figura 6, parte de uma publicação para jovens, o Presidente está em uma posição isolada, discursando para a multidão formada por crianças, as quais olham para ele com admiração. Assim como as imagens alemã, italiana e soviética mostradas anteriormente, esta enfatiza o apoio das massas ao Chefe de Estado, que aparece destacado do povo e

⁵³ ARAUJO, M. C. D'., *O Estado Novo*, p. 36.

⁵⁴ OLIVEIRA, L. L., “O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo”. In: BOMENY, H. (org.), *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*, p. 43.

em posição superior. Além da figura de Getúlio Vargas, a bandeira e o mapa são símbolos recorrentes nas representações gráficas do regime. Na figura 7 a bandeira está contida no mapa do Brasil e o rosto de Vargas aparece no centro do círculo azul. No box ao lado esquerdo encontra-se a frase: “Fortes e unidos, os brasileiros do Estado Novo são guiados pela grande Trindade Nacional: Nossa Pátria, Nossa Bandeira, Nosso Chefe”. Segundo Maria Helena Capelato, é bastante clara a referência à Santíssima Trindade conferindo maior força à imagem através da sacralização dos símbolos.⁵⁵

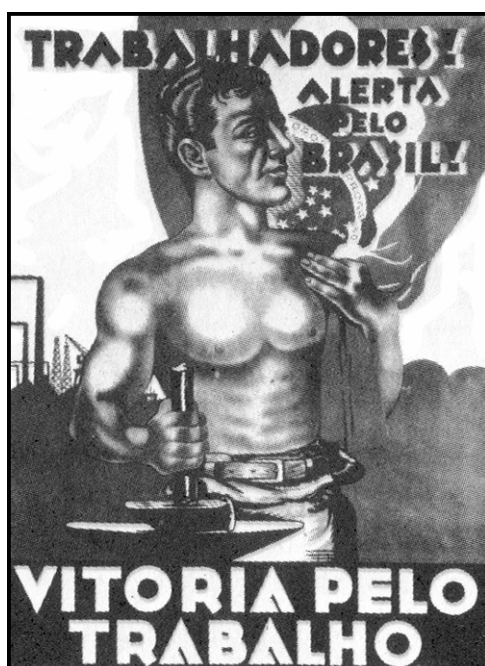


Figura 8 - Cartaz criado pelo DIP.



Figura 9 - Cartaz criado pelo DIP.

O cartaz também era um importante meio de comunicação para a propaganda política brasileira. No entanto, muitas destas peças não puderam ser encontradas. Daniel Cabral Borges atribui este fato à indisponibilidade dos arquivos do DIP e à pouca valorização dispensada a esse tipo de impresso como fonte histórica.⁵⁶ Além dos temas mencionados anteriormente, os trabalhadores e a indústria também foram frequentemente explorados. Ambos eram peças importantes na construção do “novo” Brasil. O cartaz da figura 8 é um exemplo desse tipo de comunicação, que valoriza o trabalho e os trabalhadores,

⁵⁵ CAPELATO, M. H., *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*, p.48.

⁵⁶ BORGES D. C., *Imagem e comunicação visual no discurso político da Era Vargas*, p. 104.

incentivando o patriotismo. O personagem escolhido para representá-los é um operário da indústria e as fábricas também aparecem no fundo da imagem. Mais uma vez a bandeira está presente, sendo trazida pelo operário para junto de seu coração. A “Marcha para o Oeste”⁵⁷, com a qual se pretendia ocupar o interior do país, era defendida por integrantes do Estado Novo e pelo próprio Vargas, tendo sido abordada por ele em seus discursos. Esse tema também esteve presente em representações gráficas, como pode ser visto na figura 9, um cartaz cujo texto reproduz parte de um desses discursos. O mapa do Brasil novamente faz parte da composição. Seu contorno o destaca do restante do continente. Ele não possui nenhuma divisão interna, o que enfatiza a unidade e integração nacionais, parte dos objetivos da “Marcha para o Oeste”. Trens e pessoas seguem do litoral para o interior, sentido indicado por linhas com setas nas pontas, sobre as quais eles viajam. O Presidente, colocado do lado direito do mapa, parece discursar e indicar o caminho, com gesto que remete a um maestro regendo sua orquestra. A desproporção de sua figura em relação aos demais elementos da imagem é um recurso que se repete em outras peças gráficas, como forma de afirmar seu poder.

Como pôde ser visto ao longo deste capítulo, a propaganda política teve um papel fundamental na obtenção do apoio das massas para a sustentação dos regimes autoritários surgidos no período em questão. No entanto, também foi constatada a existência de condições sociais, econômicas e políticas propícias para a ascensão desses regimes. A propaganda não poderia sozinha ser responsabilizada pela sustentação dos mesmos, conforme Maria Helena Capelato explica a seguir:

As teses que insistem na onipotência da propaganda política não levam em conta o fato de que ela só reforça tendências já existentes na sociedade e que a eficácia de sua atuação depende da capacidade de captar e explorar os anseios e interesses predominantes num dado momento.⁵⁸

⁵⁷ Este assunto será tratado de maneira mais aprofundada no capítulo quatro desta dissertação.

⁵⁸ CAPELATO, M. H., “Propaganda política e controle dos meios de comunicação”. In: PANDOLFI, D. (org.), *Repensando o Estado Novo*, p. 178.